

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL, A HISTÓRIA E A CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA NA PRÁTICA DE ENSINO

ETHNIC-RACIAL ISSUES, AFRO-BRAZILIAN AND AFRICAN HISTORY AND CULTURE IN TEACHING PRACTICE

DOI: 10.5281/zenodo.15768564

Pedro Eduardo Duarte Pereira

Doutorando em Educação pela Ivy Enber Chistian University

Lijecson Souza dos Santos

Doutorando em Educação pela Ivy Enber Chistian University

RESUMO: Este artigo discute a inserção da questão étnico-racial, da história e da cultura afro-brasileira e africana na prática pedagógica, com foco no cumprimento e nos desafios de implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 no contexto escolar. A abordagem dessas temáticas, além de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, contribui para o enfrentamento do racismo estrutural e para a valorização da diversidade cultural no ambiente educacional. A análise parte do entendimento histórico do racismo no Brasil, marcado pela abolição tardia da escravidão e pela construção de um sistema social que naturaliza desigualdades raciais. Apesar dos avanços legais, a efetivação das referidas leis encontra obstáculos como a falta de formação inicial e continuada de professores, o desinteresse institucional e a escassez de materiais didáticos adequados. Defende-se, portanto, a necessidade de revisão curricular, investimento na formação docente, produção de recursos pedagógicos contextualizados e promoção de ambientes escolares inclusivos. Com base nos princípios de Piaget, reforça-se o papel da educação como agente de transformação social, capaz de formar sujeitos críticos e conscientes, preparados para combater o racismo e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Educação; Relações Étnico-Raciais; Cultura Afro-brasileira; Racismo Estrutural; Formação Docente; Inclusão.

ABSTRACT: This article discusses the inclusion of ethnic-racial issues, as well as Afro-Brazilian and African history and culture, within educational practices, focusing on the implementation and challenges of Laws 10.639/03 and 11.645/08 in Brazilian schools. Addressing these topics not only enriches the teaching and learning process but also contributes to combating structural racism and promoting cultural diversity within the educational environment. The analysis highlights the historical construction of racism in Brazil, marked by the late abolition of slavery and the development of a social system that normalizes racial inequalities. Despite legal advances, the effective implementation of these laws faces obstacles such as the lack of initial and continuing teacher training, institutional disinterest, and the scarcity of appropriate educational materials. Therefore, the article emphasizes the need for curriculum revision, investment in teacher education, production of contextualized teaching resources, and the promotion of inclusive school environments. Based on Piaget's principles, the study reinforces the role of education as a transformative agent, capable of developing critical and conscious individuals prepared to challenge racism and contribute to building a fairer and more equitable society.

Keywords: Education; Ethnic-Racial Relations; Afro-Brazilian Culture; Structural Racism; Teacher Training; Inclusion.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

INTRODUÇÃO

A abordagem da questão étnico-racial, da história e da cultura Afro-brasileira e Africana na prática de ensino, em qualquer uma das disciplinas do currículo, não apenas enriquece o aprendizado dos estudantes, mas também pode promover uma educação mais inclusiva, diversificada e crítica. Daí, podemos analisar como integrar essas temáticas ao currículo, a fim de abrir espaço para uma compreensão mais profunda e contextualizada dos conteúdos científicos, ao conectar o conhecimento acadêmico com as experiências e contribuições de comunidades historicamente marginalizadas. Essa abordagem não só irá valorizar a diversidade cultural e étnica, mas também capacitar os estudantes a explorar perspectivas científicas que possam refletir a riqueza e a complexidade da história humana global.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com foco na análise crítica das políticas públicas voltadas para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, com ênfase nas Leis 10.639/03 e 11.645/08 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. A pesquisa qualitativa permite compreender de forma aprofundada os aspectos sociais, históricos e educacionais relacionados ao enfrentamento do racismo e à valorização da diversidade no ambiente escolar.

Foram analisados documentos oficiais, legislações, diretrizes curriculares e produções acadêmicas relevantes, como as obras de Piaget (1978) e os estudos de Pires e Silva (2015), que contribuem para a compreensão do racismo estrutural e do papel da educação na transformação social. A metodologia também incluiu a revisão de pesquisas publicadas em livros, artigos acadêmicos e documentos institucionais disponíveis em bases de dados e bibliotecas virtuais.

A abordagem teórico-metodológica utilizada fundamenta-se nos pressupostos da Educação para as Relações Étnico-Raciais e na perspectiva crítica da educação, compreendendo que a escola é um espaço privilegiado para o combate ao racismo, à discriminação e para a promoção de uma formação cidadã, inclusiva e antirracista.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

Por meio da análise dos documentos e referenciais teóricos, buscou-se identificar as potencialidades e as limitações na implementação das referidas legislações, além de propor estratégias pedagógicas que contribuam para uma prática educativa mais inclusiva, crítica e transformadora, conforme defendido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e pelas perspectivas da Educação Popular.

DESENVOLVIMENTO

O Brasil foi à última nação do Ocidente a abolir a escravidão, não criou condições dignas para a inserção da população negra na sociedade no final do século XIX e início do XX. Pelo contrário, diversas obras, políticas e instituições promoveram a ideia de um país mestiço, onde o convívio entre diferentes raças seria harmonioso e assim, o racismo estrutural foi sendo construído como um processo histórico. De acordo com Pires e Silva, esse racismo atualmente funciona como:

"uma espécie de sistema de convergência de interesses, fazendo com que o racismo, de um lado, implique a subalternização e destituição material e simbólica dos bens sociais que geram respeito e estima social aos negros – ciclo de desvantagens – e, de outro, coloque os brancos imersos em um sistema de privilégios assumido como natural, como norma." (PIRES e SILVA, p. 66)

Por este e muitos outros motivos, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil tem sido tradicionalmente focado na escravidão negra africana, refletido na Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino dessa história e cultura em todas as escolas, públicas e privadas, do ensino fundamental ao médio, dentro do currículo. Dentro deste contexto, um ponto importante a se reconsiderar é o uso do termo "escravo", que naturaliza e perpetua uma condição desumanizadora, ao invés de reconhecer que as pessoas foram escravizadas. A Lei 10.639/03 estabeleceu novas diretrizes para que a cultura afro-brasileira fosse reconhecida como parte fundamental da sociedade brasileira, destacando intelectuais, culturas e religiões afro-brasileiras.

Após a aprovação da Lei 10.639/03, tornou-se essencial valorizar e ressignificar as matrizes africanas na cultura brasileira, e os professores têm um papel crucial na luta contra o preconceito e discriminação racial no Brasil. Implementar a Lei 10.639/03 nas escolas é uma responsabilidade dos professores, que precisam estar devidamente preparados para tal tarefa.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

Embora essa implementação enfrente diversos obstáculos, não é uma missão impossível. Essa nova legislação visa garantir a construção de uma pedagogia da diversidade, denunciando e combatendo a discriminação racial, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais:

“O ensino e a aprendizagem estão voltados, inicialmente, para atividades que permitam aos alunos compreender as semelhanças e diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas” (2004, p. 49).

Para enfrentar essa realidade que vivemos, com a presença do racismo e de inúmeros preconceitos, a educação desempenha um papel crucial. Como diz Piaget, “o principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram.” Isso significa que a educação deve ser um agente transformador, capaz de promover a inclusão e combater as desigualdades.

A inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, conforme estabelecido pela Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08, é um passo fundamental nesse processo. Essas leis não apenas reconhecem a importância das contribuições africanas para a formação da sociedade brasileira, mas também buscam corrigir a invisibilidade histórica e cultural dos negros no Brasil. Além disso, a educação que Piaget defende deve ser uma ferramenta para questionar e desconstruir o racismo estrutural.

Para tal, isso implica em realizarmos revisão dos conteúdos onde os materiais didáticos e currículos precisam ser constantemente revisados e atualizados para refletir a diversidade e complexidade da história e cultura afro-brasileira e africana, proporcionar melhor formação dos professores, sendo essencial que os educadores recebam formação adequada para abordar essas temáticas com sensibilidade e profundidade, promovendo um ambiente inclusivo e respeitoso, provocar uma educação crítica, estimulando o pensamento crítico nos estudantes para que questionem as narrativas históricas tradicionais e reconheçam as estruturas de poder e opressão que ainda permeiam a sociedade, e por fim valorizar a diversidade através da promoção de atividades e projetos que celebrem a cultura afro-brasileira, como música, dança, culinária e religiões de matrizes africanas, valorizando a diversidade cultural do país.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

É possível identificar várias limitações na aplicação da Lei 10.639/03 nas escolas e em sala de aula. Diversos fatores impedem que essa temática chegue de forma eficaz aos alunos, entre os quais destacamos a falta de formação inicial e/ou continuada para os docentes, onde a maioria dos professores não recebeu a formação adequada para trabalhar com a temática afro-brasileira e africana, resultando em desconhecimento e despreparo sobre o assunto; somado ao desinteresse das escolas, onde a maioria das instituições de ensino não demonstram interesse em promover o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, o que dificulta a implementação da lei e ainda sofremos com a escassez de materiais didáticos, vendo que existe uma quantidade limitada de materiais didáticos específicos sobre a temática, o que compromete a qualidade do ensino.

E para tal, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana destacam a importância de criar condições favoráveis para o sucesso dessas políticas:

"O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando as reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros, depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para as aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados." (BRASIL, 2007, p.29)

Para superar essas limitações e garantir uma aplicação eficaz da Lei 10.639/03, é necessário adotar uma série de medidas, iniciando pela necessidade de investimento na formação dos professores, ao prover cursos de formação inicial e continuada que capacitem os docentes a abordar a temática de maneira adequada e eficaz, incluindo tanto o conhecimento teórico quanto a prática pedagógica; incentivar o engajamento das escolas, no estímulo para que as instituições de ensino se comprometam com a implementação da lei, criando projetos e iniciativas que promovam o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana; melhorar e aumentar o desenvolvimento e distribuição de materiais didáticos voltados para o tema, e assim produzir e disponibilizar uma maior quantidade de recursos educacionais que contemplem a diversidade cultural e histórica do Brasil, podendo incluir livros, vídeos, documentários e outros materiais multimídia.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

Promover um ambiente escolar inclusivo, criando um ambiente onde todos os estudantes, independentemente de sua origem étnica, se sintam valorizados e respeitados, podendo ser feito através de atividades que celebrem a diversidade e promovam a igualdade racial; e por fim, realizar o monitoramento e avaliação constantes, implementando mecanismos de avaliação para monitorar o progresso da aplicação da lei e identificar áreas que precisam de melhoria, ao partir da inclusão de feedback dos estudantes e professores, além das análises dos resultados de aprendizagem.

Ao adotar essas medidas, será possível avançar na construção de uma educação mais inclusiva e justa, que reconheça e valorize a contribuição afro-brasileira e africana para a formação da sociedade brasileira, não apenas melhorando a qualidade do ensino, mas também promovendo valores fundamentais de respeito, igualdade e cidadania entre os alunos. E assim, ao seguir esses princípios, a educação pode não apenas informar, mas também formar cidadãos conscientes e atuantes na luta contra o racismo e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, sendo a verdadeira transformação social capaz de educar as novas gerações para que façam coisas novas e promovam mudanças significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, a trajetória do Brasil como a última nação do Ocidente a abolir a escravidão revela uma lacuna significativa na construção de uma sociedade inclusiva e justa. O legado dessa transição, marcado por políticas e instituições que perpetuaram a ideia de um país mestiço em que o racismo seria uma questão de ordem natural, contribuiu para a formação de um racismo estrutural persistente. Esse cenário se perpetua com um ciclo de desvantagens para a população negra, enquanto os brancos são imersos em um sistema de privilégios. As leis 10.639/03 e 11.645/08 surgem como marcos importantes na tentativa de corrigir essa invisibilidade histórica e cultural. Entretanto, a implementação eficaz dessas legislações enfrenta desafios significativos, incluindo a falta de formação adequada dos professores, o desinteresse das instituições educacionais e a escassez de materiais didáticos especializados. A revisão e atualização dos currículos, a formação contínua dos educadores e a criação de um ambiente escolar inclusivo são passos cruciais para superar essas barreiras.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

Como enfatizado por Piaget, a educação deve ser um agente transformador, capaz de criar indivíduos que façam coisas novas e promovam mudanças significativas. A inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar é essencial não apenas para corrigir as deficiências do passado, mas também para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

A educação deve ir além da simples transmissão de conhecimentos, promovendo uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder e opressão, e celebrando a diversidade cultural do país. Ao adotar medidas para investir na formação dos professores, engajar as escolas, desenvolver materiais didáticos e promover um ambiente inclusivo, o Brasil pode avançar na construção de uma educação mais equitativa e respeitosa.

Esse esforço não só melhora a qualidade do ensino, mas também fortalece os valores de respeito, igualdade e cidadania entre os alunos. Assim, a educação se torna uma ferramenta poderosa para combater o racismo e promover uma verdadeira transformação social, preparando as novas gerações para uma convivência mais harmoniosa e justa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

BRASIL. Lei 10.639/03. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana nas escolas públicas. Brasília, 2003. Brasília: MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004.

PIAGET, Jean. A formação do Símbolo na Criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação, 3ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PIRES, Thula e SILVA, Caroline Lyrio. *Teoria crítica da raça como referencial teórico necessário para pensar a relação entre direito e racismo no Brasil*. COMPEDI, 2015. Disponível em: Academia.edu.